

Escola Austríaca

Mercado e criatividade empresarial

Jesús Huerta de Soto

Escola Austríaca

Mercado e criatividade empresarial

Tradução e Estudo Introdutório de
André Azevedo Alves

Prefácio de
José Manuel Moreira

CAUSA LIBERAL





CAUSA LIBERAL

FICHA TÉCNICA

O Espírito das Leis Editora, Lda
Av. Visconde de Valmor, 41-2º Esq.
1050-237 Lisboa

TRADUÇÃO DO ORIGINAL ESPANHOL
La Escuela Austríaca. Mercado y creatividad empresarial
EDITORIAL SÍNTESIS

AUTOR
Jesús Huerta de Soto

TRADUÇÃO E ESTUDO INTRODUTÓRIO
André Azevedo Alves

PREFÁCIO
José Manuel Moreira

DESIGN
www.blug.pt

PAGINAÇÃO, IMPRESSÃO E ACABAMENTOS
Gráfica Almondina, Progresso e Vida, Lda.
Torres Novas

TIRAGEM
600 Exemplares

DEPÓSITO LEGAL
229 370/05

ISBN
972-9020-11-6

Índice

Nota do Presidente da Causa Liberal	11
Nota do Editor	13
Prefácio	15
Estudo Introdutório	19
Introdução	39
1. Princípios essenciais da Escola Austríaca	43
1.1. A teoria da acção dos austríacos frente à teoria da decisão dos neoclássicos	47
1.2. O subjectivismo austríaco frente ao objectivismo neoclássico	49
1.3. O empresário austríaco frente ao homo oeconomicus neoclássico	50

1.4. A possibilidade de erro empresarial puro (austríacos) frente à racionalização a posteriori de todas as decisões (neoclássicos)	51
1.5. A informação subjectiva dos austríacos frente à informação objectiva dos neoclássicos	52
1.6. O processo empresarial de coordenação dos austríacos frente aos modelos de equilíbrio (geral e/ou parcial) dos neoclássicos	54
1.7. O carácter subjectivo que os custos têm para os austríacos frente ao conceito de custo objectivo dos neoclássicos	59
1.8. O formalismo verbal dos austríacos frente à formalização matemática dos neoclássicos	60
1.9. A conexão da teoria com o mundo empírico: os diferentes entendimentos do conceito de “previsão”	62
1.10. Conclusão	68
2. Conhecimento e função empresarial	71
2.1. Definição de função empresarial	72
2.2. Informação, conhecimento e empresarialidade ...	74
2.3. Conhecimento subjectivo e prático, não científico	75
2.4. Conhecimento exclusivo e disperso	78
2.5. Conhecimento tácito não articulável	78
2.6. O carácter essencialmente criativo da função empresarial	81

2.7. Criação de informação	82
2.8. Transmissão de informação	83
2.9. Efeito aprendizagem:	
coordenação e ajustamento	84
2.10. O princípio essencial	86
2.11. Competição e função empresarial	89
2.12. Conclusão: o conceito de sociedade para a Escola Austríaca	92
3. Carl Menger e os precursores da Escola Austríaca	95
3.1. Introdução	95
3.2. Os escolásticos do Século de Ouro espanhol como precursores da Escola Austríaca	97
3.3. A decadência da tradição escolástica e a influência negativa de Adam Smith	108
3.4. Menger e a perspectiva subjectivista da Escola Austríaca: a concepção da acção como um conjunto de etapas subjectivas, a teoria subjectiva do valor e a lei da utilidade marginal	114
3.5. Menger e a teoria económica das instituições sociais	120
3.6. A Methodenstreit, ou a polémica sobre os métodos	123
4. Böhm-Bawerk e a teoria do capital	129

4.1. Introdução	129
4.2. A acção humana como conjunto de etapas subjectivas	131
4.3. Capital e bens de capital	134
4.4. A taxa de juro	143
4.5. Böhm-Bawerk contra Marshal	149
4.6. Böhm-Bawerk contra Marx	150
4.7. Böhm-Bawerk contra John Bates Clark e o seu conceito mítico de capital	152
4.8. Wieser e o conceito subjectivo de custo de oportunidade	160
4.9. O triunfo do modelo de equilíbrio e do formalismo positivista	161
5. Ludwig von Mises e a concepção dinâmica do mercado	167
5.1. Introdução	167
5.2. Breve resenha biográfica	168
5.3. A teoria da moeda, do crédito e dos ciclos económicos	172
5.4. O teorema da impossibilidade do socialismo	177
5.5. A teoria da função empresarial	184
5.6. O método da economia política: teoria e história	186
5.7. Conclusão	191
6. F. A. Hayek e a ordem espontânea do mercado ...	193

6.1. Introdução biográfica	193
6.2. Investigações sobre o ciclo económico: a descoordenação inter-temporal	200
6.3. Polémicas com Keynes e a Escola de Chicago	209
6.4. O debate com os socialistas e a crítica à engenharia social	214
6.5. Direito, legislação e liberdade	222
7. O renascimento da Escola Austríaca	231
7.1. A crise da análise de equilíbrio e do formalismo matemático	231
7.2. Rothbard, Kirzner e o ressurgimento da Escola Austríaca	243
7.3. O actual programa de investigação da Escola Austríaca	247
7.4. Resposta a alguns comentários críticos	255
7.5. Conclusão: uma avaliação comparativa do paradigma neoclássico	264
Bibliografia	271

Nota do Presidente da Causa Liberal

Traduzir e publicar um livro sobre uma das grandes “escolas” do pensamento económico é uma iniciativa que se enquadra nos propósitos da Causa Liberal, uma associação de homens e mulheres interessados no estudo, no debate e na divulgação do liberalismo clássico em todas as suas vertentes.

Embora algumas pessoas possam achar estranho, há de facto um punhado de liberais no Portugal do princípio do século XXI que conversa, se encontra e troca ideias e leituras. Só pelo prazer que isso dá, só por concordar que nas suas vidas há espaço e apetência para isso. Ora, se o estudo e o debate são, há três anos, a nossa principal actividade, tornava-se agora necessário dar expressão à componente da divulgação.

Daí o projecto de uma colecção, que pretendemos fazer crescer, da qual este livro é o primeiro título. O tema da Escola Austríaca impôs-se porque se deu a feliz coincidência de todos nós (economistas e não economistas), conhecendo autores dessa corrente, estarmos conscientes da sua importância.

Por outro lado, sentíamos a necessidade de preencher a enorme lacuna de não existir no mercado português, disponível para o grande público, um bom livro de divulgação dessa Escola – um livro acessível, mas rigoroso; não exaustivo, mas completo.

Na obra do Prof. Huerta de Soto encontramos esse livro, escrito exactamente com as mesmas preocupações. O seu autor, grande conhecedor do tema, teve ainda a amabilidade de facilitar todas as questões relativas aos seus direitos de autor, apoiando desde a primeira hora a iniciativa de levar a cabo esta edição portuguesa. Os membros da Causa Liberal estão-lhe imensamente gratos.

Também ao Prof. José Manuel Moreira, o mais competente conhecedor entre nós da Escola Austríaca, agradecemos o texto que justamente dedica à pessoa e à obra do Prof. Huerta de Soto, infelizmente pouco conhecidas em Portugal.

Ao André Azevedo Alves que, num meritório exemplo de iniciativa individual, levou a cabo a tradução do livro, cabe um agradecimento especial. A sua formação em Economia, o já vasto conhecimento que possui sobre a Escola Austríaca e a sua competência linguística garantiram, não só uma tradução de qualidade, mas também um texto tecnicamente impecável em língua portuguesa.

Luís Aguiar Santos
(Presidente da Causa Liberal)
(www.causaliberal.net)

Nota do Editor

É um privilégio e uma honra para *O Espírito das Leis* editar uma obra do Prof. Jesús Huerta de Soto. Trata-se de uma personalidade com um prestígio pessoal, intelectual e académico que só distingue esta Editora. Este é o primeiro livro seu editado no nosso país.

“*Escola Austríaca*” marca ainda o início do que esperamos vir a ser uma nova colecção de publicações em parceria com a Causa Liberal. Porque o pensamento liberal também marca o espírito de certas leis e pretende alterar com espírito outras leis. Porque o liberalismo está hoje no centro do debate ideológico. E porque, como tudo aquilo que está no centro do debate, o liberalismo também é hoje albergue de muito “descamisado” do poder, que nele julga ter encontrado barco seguro para atravessar certas tormentas.

Esperamos que a este se sigam outros livros e que dessa forma, também nós, editorialmente falando, possamos contribuir para o debate das ideias que a todos inquietam e que mais não é do que o produto de tempos incertos como nunca.

Jorge Ferreira

Prefácio

A publicação em língua portuguesa deste livro resulta de uma feliz iniciativa, de destacados membros da nobre Causa Liberal. O “liberalismo clássico” de que se sentem herdeiros em Portugal é, na verdade, inseparável da Escola Austríaca de Economia. O cuidado “Estudo Introdutório” de André Azevedo Alves ajuda a situar a obra e a perceber de que maneira a “incorporação do ponto de vista austríaco de uma forma generalizada acabará por dar lugar a uma ciência social ao serviço da humanidade muito mais realista, ampla, rica e explicativa”.

É também uma oportunidade para darmos melhor conta das raízes ibéricas de uma Escola que, embora tenha nascido no seio de um Império, cedo se espalhou por todo o mundo. Uma Escola tão conhecida entre os novos países do alargamento (que, em vez de Marx e Lenine, traduziam e liam os proibidos Mises e Hayek) como desconhecida entre nós. Isto apesar de ter sido por Lisboa que, na sua ida para o outro

lado do Atlântico, passaram proeminentes judeus da Escola, como é o caso de Mises.

Mas os difíceis caminhos da “escola austríaca” não passaram só pela diáspora, passam também por obstáculos teóricos e epistemológicos que impedem de ver como, de facto, a escola abriu horizontes para uma espécie de novo caminho do “meio”. A tendência para arrumar os austríacos em um dos lados da barricada, conservadores ou socialistas, monetaristas ou keynesianos, foi mais um obstáculo na descoberta da sua singularidade.

Isso mesmo se constatou numa nota necrológica de três linhas publicada no nosso mais conceituado semanário. Nela se considerava Hayek como neoconservador, monetarista e guru do neoliberalismo. Nenhum dos adjectivos era verdadeiro mas manifesta bem a tendência de uma certa “inteligência” para arrumar as pessoas chamando-lhes nomes. Hayek deixou escrito “Porque não sou conservador”, mas pouco adiantou. Foi conhecido crítico do keynesianismo – embora isso não tivesse impedido Keynes de elogiar o seu “Caminho para a Servidão” – e, por isso, obviamente tinha que ser monetarista. Em nome do liberalismo clássico sempre se demarcou dos chamados “neoliberais” mas pelos vistos pouco adiantou.

O que grassa agora é o “politicamente correcto”. Uma corrente tão crítica do “pensamento único” que fica impedida de perceber o que o “único” tem de singular, de abertura à diversidade, de amor à novidade. Como bem afirma Huerta de Soto, a própria noção de descoberta ou criatividade [empresarial] encontra-se num novo ponto intermédio entre a

busca deliberada de informação dos neoclássicos e a noção anárquica e caleidoscópica do mercado que têm autores como Shackle.

É em parte esta natureza da surpresa e da descoberta – inerente ao processo empresarial – que aproxima a dinâmica do capitalismo mais da teologia católica do que do protestantismo de Weber (veja-se o nosso texto “Capitalismo, Catolicismo e Protestantismo” em *Público*, de 7, II, 2001) e que está a levar à redescoberta das relações entre Economia e Religião (veja-se a este propósito o recente número de *Journal des Economistes et des Etudes Humaines*, 2/3, 2003, inteiramente dedicado a esta temática).

O arguto Schumpeter, que sempre considerou que um capitalismo não dinâmico era uma contradição de termos, bem cedo deu conta – logo em 1954, na sua *History of Economic Analysis* – das três razões que impediam a compreensão do ponto de vista austríaco. Razões – que abrem a “Introdução” à nossa obra *Hayek e a História da Escola Austríaca* – que, se atendidas, há muito teriam impedido a ignorância sobre uma das mais ricas e promissoras tradições do pensamento económico actual. Uma falha que esta obra ajudará por certo a colmatar.

Está assim de parabéns a Editora e em especial, o Autor, Jesús Huerta de Soto, catedrático de Economia Política da Universidad Rey Juan Carlos, de Madrid. Acresce que esta mesma obra tem já uma tradução italiana, com prefácio do nosso amigo Raimondo Cubeddu.

Doutor em Ciências Económicas e em Direito pela

Universidade Complutense de Madrid e MBA pela Universidade de Stanford, são alguns dos títulos de que o Prof. Huerta de Soto se pode orgulhar. Conta-se também entre os membros da *Royal Economic Society* de Londres e da *American Economic Association*.

Mais importante ainda – e por aqui passa a nossa ligação – é membro destacado e Vice-Presidente do Conselho Directivo da *Mont Pèlerin Society* e considerado internacionalmente um dos expoentes mais representativos da tradição austríaca da economia. Os seus muitos trabalhos de investigação constam da sua página *web* (www.jesushuertadesoto.com) mas provavelmente a melhor honraria que poderá receber é a leitura atenta das páginas que se seguem.

José Manuel Moreira

Estudo Introdutório

É relativamente consensual afirmar que o renascimento do interesse pela Escola Austríaca foi despoletado, em grande medida, pela atribuição em 1974 do Prémio Nobel de Economia a Friedrich von Hayek¹. O facto de essa atribuição ter ocorrido, como Huerta de Soto oportunamente realça no capítulo 7 deste livro, num período em que o descrédito das teorias keynesianas começava a generalizar-se, levou a que, um pouco por todo o mundo, mas com particular incidência nos E.U.A. (para onde muitas das mais importantes figuras da Escola emigraram na primeira metade do século XX), a especificidade da tradição austríaca fosse redescoberta por muitos economistas e outros estudiosos no campo das ciências sociais e jurídicas.

¹ O Prémio Nobel de Economia de 1974 foi atribuído conjuntamente a Gunnar Myrdal e a Friedrich von Hayek.

Convirá no entanto ter em conta que a expressão “Escola Austríaca” serviu historicamente (e continua ainda hoje a servir) para designar realidades diferentes, mas não necessariamente incompatíveis. Um facto que, conjugado com a vivacidade do debate entre as várias correntes no interior da própria escola, tem vindo a dificultar a compreensão e o correcto enquadramento dos seus importantes contributos teóricos por parte de muitos observadores externos.

A presente obra de Jesús Huerta de Soto, um dos mais distintos representantes contemporâneos da Escola Austríaca, presta um inegável contributo para a compreensão e clarificação da problemática austríaca. Tal não obsta a que a publicação desta obra possa constituir também ocasião para podermos juntar o nosso contributo à reflexão sobre a génese e a inesgotável riqueza implícita na tradição austríaca e, em particular, sobre as influências ibéricas e católicas que a mesma recebeu.

Nascimento e evolução da Escola Austríaca

É geralmente aceite que o marco fundador da Escola Austríaca consistiu na publicação, em 1871, da obra *Grundsätze der Volkswirtschaftslehre*², de Carl Menger (cujos

² Cf. Carl Menger, *Principles of Economics* (Grove City: Libertarian Press, 1994), nesta edição com uma excelente «Introdução» de F. A. Hayek.

principais contributos teóricos são apresentados no capítulo 3 do presente livro). A divulgação das teorias de Menger foi, no entanto, feita essencialmente através das obras de Eugen von Böhm-Bawerk e de Friedrich von Wieser e, posteriormente, através de discípulos destes últimos³.

Entre as figuras da geração seguinte que prosseguiram a tradição austríaca ou foram fortemente influenciadas por ela contam-se economistas tão importantes como Ludwig von Mises, Joseph Schumpeter, Friedrich Hayek, Gottfried Haberler, Oskar Morgenstern, Fritz Machlup e mesmo, até certo ponto, Lionel Robbins.

No referido conjunto de autores, no entanto, apenas Mises e Hayek desenvolveram o respectivo trabalho científico no sentido de constituir uma abordagem alternativa ao paradigma neoclássico, preservando a especificidade característica da Escola Austríaca e dos contributos fundacionais de Menger. Tem origem aqui, quanto a nós, a primeira fonte de confusão relativamente à utilização da expressão “Escola Austríaca”.

Na medida em que vários dos autores formados na tradição austríaca acabaram (ao contrário do que fizeram Hayek e Mises) por se aproximar da escola neoclássica, o que terá levado a que muitas das características essenciais e únicas

³ Para um tratamento mais desenvolvido das questões que de seguida se apresentam cf. José Manuel Moreira, *Hayek e a História da Escola Austríaca de Economia* (Porto: Edições Afrontamento, 1994).

da escola⁴ acabassem por ser gradualmente ignoradas ou menos consideradas. A juntar a este facto, a síntese «neoclássica» promovida por Marshall no início do século XX tendeu a apagar as diferenças entre os três autores (Menger, Jevons e Walras) que, separadamente, estiveram na base da revolução marginalista ao desenvolverem o conceito de utilidade marginal⁵.

Estas duas influências contribuíram para que, em muitos círculos, se propagasse a ideia de que a Escola Austríaca estava destinada a ser diluída na corrente neoclássica dominante, depois de assimiladas as suas contribuições mais relevantes. A abordagem austríaca, que havia sido concebida por Menger de certa forma como um caminho intermédio entre a ortodoxia clássica inglesa e os excessos anti-teóricos da escola histórica alemã, via-se assim empurrada para uma assimilação numa síntese neoclássica que, a concretizar-se, anularia muitas das suas mais importantes especificidades.

⁴ A este propósito, veja-se o rigoroso contraste estabelecido por Huerta de Soto entre os princípios essenciais da Escola Austríaca e os da escola neoclássica que constitui o capítulo 1 do presente livro. Embora as diferenças apresentadas não impliquem que as duas escolas tenham de estar em constante e radical oposição, cremos que, da análise desse contraste, deverá ser possível concluir que existem efectivamente reais diferenças entre as duas abordagens consideradas.

⁵ Para um maior desenvolvimento desta matéria, cf. José Manuel Moreira, *op. cit.*, pp. 74-84.

Um terceiro factor que agravou esta situação foi a percepção, nos anos trinta do século XX, de que Mises e Hayek, os dois principais expoentes da abordagem austríaca autónoma e “não assimilada”, haviam perdido o debate sobre a impossibilidade do cálculo económico numa sociedade socialista para os seus adversários teóricos. Esta percepção levou a que as teorias de Hayek e Mises fossem simplesmente ignoradas ou, quando muito, consideradas como meras contribuições pontuais posteriormente incorporadas na abordagem neoclássica.

O facto de o resultado do debate sobre o cálculo económico entre austríacos e socialistas ter, entretanto, sido reavaliado⁶ (uma reapreciação teórica para a qual certamente contribuíram as desastrosas experiências das economias planificadas), não impede que ainda hoje persista junto de muitos economistas a noção de que a expressão “Escola Austríaca” designa essencialmente uma corrente extinta nos anos trinta do século passado. Isto apesar do notável desenvolvimento⁷ que a Escola Austríaca conheceu nas décadas subsequentes, em particular nos E.U.A., através de autores como Israel Kirzner, Murray N. Rothbard, Ludwig M. Lachmann, Gerald O’ Driscoll, Mario J. Rizzo, Roger W. Garrison e Walter Block⁸.

⁶ Cf. capítulo 5 do presente livro.

⁷ Desenvolvimento que aliás conduziu à criação de uma categoria autónoma (B53) na classificação do *Journal of Economic Literature*.

⁸ Uma análise mais detalhada do processo de ressurgimento da Escola Austríaca pode ser encontrada no capítulo 7 deste livro.

A especificidade da abordagem austríaca

Ao longo de todo o livro Jesús Huerta de Soto dedica especial atenção às características diferenciadoras da Escola Austríaca, confrontando-as, sempre que possível, de forma sistemática com a abordagem neoclássica, quer na sua variante mais keynesiana, quer na variante mais monetarista. Ao fazê-lo, presta um importante serviço a todos os interessados em compreender a especificidade da tradição austríaca no domínio da Ciência Económica e contribui certamente para um mais completo enquadramento dos seus contributos.

Compreender as características distintivas da Escola Austríaca é tanto mais importante quanto a mesma se adequa bem a abordagens multidisciplinares que são hoje em dia particularmente relevantes. De facto, desde a sua fundação por Carl Menger que a Escola Austríaca se caracteriza por dedicar um elevado grau de atenção ao estudo das instituições e das regras que as regulam.

Esta preocupação central com a formação, funcionamento e evolução das instituições, que contrasta com algum alheamento de grande parte da abordagem económica neoclássica relativamente a estas questões, deriva do facto de a metodologia austríaca privilegiar o estudo dos processos e não a análise dos estados de equilíbrio e dos hipotéticos desvios que se verifiquem relativamente a eles.

Ao centrar a sua atenção na análise dos processos, a Escola Austríaca atribui especial importância à compreensão dos fenómenos sociais resultantes da interacção entre os

indivíduos, rejeitando as concepções estritamente maximizadoras pela sua incapacidade de abordar de forma integrada a acção humana e as instituições que lhe estão associadas.

Por outro lado, a metodologia essencialmente dedutiva da Escola Austríaca não visa excluir ou sequer diminuir a importância do estudo da história. Pelo contrário, na perspectiva austríaca, um dos mais importantes objectivos da teoria é fornecer as ferramentas intelectuais necessárias à compreensão da história e, conseqüentemente, do presente. Um objectivo que só pode ser concretizado se se procurar não confundir o lugar da história com o papel da teoria.

A coerência lógica das teorias é pois condição necessária para um correcto entendimento da história. A teoria deve fornecer uma conceptualização adequada à construção de uma narrativa histórica que articule consistentemente os factos. A tradição austríaca rejeita simultaneamente o historicismo (com as suas tentativas de fazer derivar a teoria da análise histórica) e a análise puramente formal que se procura desligar da história ou se limita a servir-se dela para tentar “testar”, através do recurso a métodos quantitativos, as previsões que estabelece.

A Escola Austríaca contemporânea apresenta um programa de pesquisa plural e com múltiplas frentes de investigação que incluem áreas tão importantes como o aprofundamento da teoria do capital e dos mecanismos de coordenação macroeconómica, o desenvolvimento de uma teoria da concorrência e da regulação assente no entendimento dos mercados como processos dinâmicos, a aplicação da

concepção subjectivista à análise dos fenómenos monetários e dos mercados financeiros e a procura de uma teoria integrada do desenvolvimento económico.⁹

Simultaneamente, a Escola Austríaca fornece instrumentos teóricos particularmente adequados à análise económica do direito e das instituições, análise essa em que pode, quanto a nós, ser utilizada com grande vantagem em conjunto com a teoria da escolha pública.¹⁰

Face a um tão promissor horizonte de pesquisa, esperamos que o actual livro possa contribuir para a divulgação entre nós da Escola Austríaca a qual, não obstante os notáveis esforços de autores como Orlando Vitorino¹¹, José Manuel Moreira¹², Pedro Arroja¹³ e João Carlos Espada¹⁴, continua a ser, infelizmente, pouco conhecida em Portugal¹⁵.

⁹ O actual programa de pesquisa da Escola Austríaca é abordado de forma mais aprofundada no capítulo 7 deste livro. Para uma excelente colecção de artigos de diversos autores enquadrados na perspectiva austríaca em que são abordados mais de oito dezenas de tópicos de investigação, cf. Peter J. Boettke (ed.), *The Elgar Companion to Austrian Economics* (Cheltenham: Edward Elgar, 1994).

¹⁰ A este propósito, cf. André Azevedo Alves e José Manuel Moreira, *O que é a Escolha Pública? Para uma análise económica da política* (Cascais: Principia, 2004), em particular, pp. 91-92.

¹¹ Orlando Vitorino, um dos mais inovadores pensadores da corrente denominada Filosofia Portuguesa, conta entre as suas obras com um livro onde dedicou substancial atenção à Escola Austríaca, *Exaltação da Filosofia Derrotada* (Lisboa: Guimarães Editores, 1983). Vitorino promoveu também a publicação em português da obra de F. A. Hayek, *O Caminho para a Servidão* (Lisboa: Teoremas, 1977) com trad. de Maria Ivone Serrão de Moura.

-
- ¹² Para além do já citado *Hayek e a História da Escola Austríaca de Economia* (Porto: Edições Afrontamento, 1994), cf. também *Filosofia e Metodologia da Economia em F. A. Hayek ou a redescoberta de um caminho «terceiro» para a compreensão e melhoria da ordem alargada da interação humana* (Porto: Publicações da Universidade do Porto, 1994), *Ética, Economia e Política* (Porto: Lello Editores, 1996), *A Contas com a Ética Empresarial* (Cascais: Principia, 1999) e *Ética, Democracia e Estado* (Cascais: Principia, 2002).
- ¹³ Cf. *O Estado e a Economia* (Porto: Vida Económica, 1989), *Abcissas: Crónicas de Economia Política* (Porto: Areal Editores, 1993) e *Cataláxia: crónicas de economia política* (Porto: Vida Económica, 1993). As três obras reúnem crónicas e ensaios anteriormente publicadas na imprensa.
- ¹⁴ Cf. *Social Citizenship Rights: A Critique of F. A. Hayek and Raymond Plant* (Londres: MacMillan Press, 1996), com trad. portuguesa de Mariana Pardal Monteiro e Teresa Curvelo: *Direitos sociais de cidadania: uma crítica a F. A. Hayek e Raymond Plant* (Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1997).
- ¹⁵ É ainda de salientar a publicação de um texto de Ludwig von Mises, «O Intervencionismo», em *Boletim da Faculdade de Direito*, 23 (Coimbra, 1947), com tradução e comentário introdutório de J. J. Teixeira Ribeiro (referido em José Manuel Moreira, *Filosofia e Metodologia da Economia em F. A. Hayek ou a redescoberta de um caminho «terceiro» para a compreensão e melhoria da ordem alargada da interação humana*, p. 29), assim como também o livro *Economia da Oferta* (P. E. Edições, 1993) de M. Jorge C. Castela, uma obra dedicada à corrente geralmente designada «supply-side economics» que o autor considera encontrar na escola austríaca uma das suas principais influências fundadoras (cf. pp. 267 a 289). Mais recentemente, foi também publicado o estudo *O Direito e a Moral no pensamento de Friedrich Hayek* (Porto: Publicações Universidade Católica, 2000) da autoria de Manuel Fontaine Campos, a partir de uma tese com o mesmo título orientada por João Carlos Espada.

A Escola de Salamanca e as raízes ibéricas e católicas do liberalismo

A reduzida divulgação da Escola Austríaca no nosso país é ainda mais lamentável se tivermos em conta que entre os mais importantes precursores dessa abordagem (e do liberalismo económico em geral) se encontram vários escolásticos católicos dos Séculos XVI e XVII, pertencentes à chamada Escola de Salamanca¹⁶, e que Portugal foi palco da actividade académica de alguns deles¹⁷.

Os teóricos da Escola de Salamanca, embora fossem em primeiro lugar teólogos e juristas, forneceram importantes contributos (ainda que de forma não sistemática) à ciência

¹⁶ O papel dos teóricos da Escola de Salamanca enquanto precursores da Escola Austríaca é tratado no capítulo 3 do presente livro. Embora Schumpeter tenha dedicado considerável atenção à Escola de Salamanca na sua monumental *History of Economic Analysis* (New York: Oxford University Press, 1954), os principais contributos nesta área devem-se a Marjorie Grice-Hutchinson, que fez investigação sob orientação de Hayek, autora das obras *The School of Salamanca: Reading in Spanish Monetary Theory, 1544-1605* (Oxford: Clarendon Press, 1952) e *Early Economic Thought in Spain, 1177-1740* (London: George Allen & Unwin, 1978).

¹⁷ É importante ter em conta que, embora tenha tido origem e centro na Universidade de Salamanca, os teóricos da respectiva escola leccionaram em várias outras Universidades (como, aliás, era prática corrente na época), pelo que não é de estranhar que a escola tenha conhecido desenvolvimentos importantes em Alcalá de Henares, Coimbra e Évora.

económica, sempre em ligação próxima com o estudo da ética. São de destacar os seus contributos para a formação de uma teoria subjectiva do valor, para um correcto entendimento da natureza dos preços, salários e lucros, para a importância e fundamentação social da propriedade privada e para a necessidade de contenção e equilíbrio das finanças públicas¹⁸. Além disso, estes escolásticos tardios, como explica Huerta de Soto no capítulo 3 deste livro, realizaram importantes contribuições a nível da teoria monetária e do estudo dos efeitos da inflação, com destaque para a apresentação de um conceito de preferência temporal que antecipa o que viria a ser desenvolvido na teoria austríaca do capital.

O muito reduzido interesse entre nós pela Escola de Salamanca é particularmente flagrante no caso de Luis de Molina (1535-1600), uma das mais importantes figuras da escola cuja formação e actividade académica foi desenvolvida quase exclusivamente em Portugal. De facto, apesar de ter nascido em Cuenca¹⁹, Molina, logo em 1553, mudou-se-ia para Coimbra onde, depois de inscrito na Companhia de Jesus, deu

¹⁸ Para um tratamento mais desenvolvido destes aspectos do pensamento da Escola de Salamanca cf. Alejandro A. Chafuen, *Faith and Liberty. The Economic Thought of the Late Scholastics* (New York: Lexington Books, 2ª ed., 2003). Existe tradução para Castelhano da 1ª ed., com o título *Economía y Ética. Raíces cristianas de la economía de libre mercado* (Madrid: Ediciones Rialp, 1991).

¹⁹ Cf. Francisco G. Camacho, «Introducción» in Luis de Molina, *La Teoría del Justo Precio* (Madrid: Editora Nacional, 1981).

início aos seus estudos de Filosofia, os quais se prolongariam até 1558. Dedicou-se depois a estudos de Teologia, primeiro ainda na Universidade de Coimbra (1558-61) e seguidamente em Évora (1561-63). Uma vez concluídos os seus estudos superiores, Molina regressou a Coimbra como professor de Filosofia, aí permanecendo até 1568, ano em que foi nomeado professor de Teologia em Évora, cidade onde desenvolveu o seu pensamento moral e económico que viria a culminar, anos mais tarde, no seu influente tratado *De Iustitia et Iure*. Em 1583, o seu estado de saúde obrigou-o a abandonar a leccionação, tendo passado em Lisboa os anos de 1586 a 1591, altura em que, finalmente, regressou à sua cidade natal em Espanha.

É-nos neste âmbito impossível apresentar uma abordagem integrada dos muitos contributos de Molina²⁰ mas, ainda assim, não deixaremos de fornecer dois exemplos da riqueza do seu pensamento.

O primeiro exemplo prende-se com a definição de “preço natural” elaborada por Molina, a qual se aproxima de forma muito acentuada da concepção própria da teoria subjectiva do valor que esteve na base da denominada revolução marginalista que teve lugar no Séc. XIX. Vejamos

²⁰ Para um tratamento mais aprofundado da relação entre o pensamento de Molina e a Escola Austríaca (e em particular sobre a problemática da *ciência média* e sua relação com a abordagem posteriormente desenvolvida por Hayek), cf. José Manuel Moreira, *op. cit.*, pp. 44-61.

então, de que forma define Molina (relembre-se ainda no final do Séc. XVI) o “preço natural” e de que forma o distingue de um “preço legal”:

Outro preço é o que as coisas têm por si mesmas, independentemente de qualquer lei humana ou decreto público. Aristóteles e muitos outros autores chamam a este preço natural. Chamam-lhe assim não porque não dependa em grande medida da estima com que os homens apreciam umas coisas mais do que outras, como acontece com certas peças preciosas, que às vezes se estimam em mais de vinte mil moedas de ouro e mais que muitas outras coisas que, pela sua natureza, são muito melhores e mais úteis; nem tão pouco lhe chamam assim porque esse preço não flutua e se altere, posto que é evidente que se altera; mas chamam-lhe natural porque nasce das mesmas coisas, independentemente de qualquer lei humana ou decreto público, mas dependente de muitas circunstâncias com as quais varia e da afeição e estima que os homens têm às coisas segundo os diversos usos para que servem.²¹

O segundo exemplo do pensamento de Molina que

²¹ Luis de Molina, *La Teoría del Justo Precio* (Madrid: Editora Nacional, 1981), p. 160.

apresentaremos tem a ver com a sua explicação dos factores que determinam o valor da moeda:

Coeteris paribus, quanto mais abunda a moeda num lugar tanto menor é o seu valor para comprar coisas com ela, ou para adquirir aquilo que não é moeda. Assim como a abundância de mercadorias faz com que diminua o seu preço quando a quantidade de moeda e o número de comerciantes permanece constante, também a abundância de moeda faz aumentar os preços quando a quantidade de mercadorias e o número de comerciantes permanece constante, até ao ponto em que a mesma moeda perde poder aquisitivo. Assim vemos que, na actualidade, a moeda vale em Espanha muito menos do que valia há oitenta anos, devido à abundância que hoje há dela. O que antes se comprava por dois compra-se hoje por cinco, seis ou talvez mais. Na mesma proporção cresceram o preço dos salários, os dotes e o valor das terras, as rendas e todas as demais coisas. Por isso mesmo vemos que a moeda vale muito menos no Novo Mundo, sobretudo no Perú, do que em Espanha, devido à abundância que há dela. E onde a moeda é menos abundante que em Espanha, vale mais.²²

²² Luis de Molina, *Tratado sobre los Cambios*, ed. Francisco G. Camacho (Madrid: Instituto de Estudios Fiscales, 1990), pp. 116-117.

Como se pode constatar, Molina apresenta uma formulação que se aproxima bastante da teoria quantitativa da moeda posteriormente desenvolvida na ciência económica. É nossa convicção que os dois exemplos apresentados servem para ilustrar, ainda que naturalmente de forma muito incompleta, a riqueza do pensamento de Molina no que toca a questões económicas e para evidenciar a necessidade de dedicar maior atenção à obra deste eminente escolástico.

Pensamento social cristão e liberalismo

Esta significativa influência ibérica e católica nas origens do liberalismo económico assume especial relevância se tivermos em conta que muitos cristãos, ainda que reconhecendo as evidentes vantagens do sistema liberal a nível da produtividade e eficiência, continuam a aceitá-lo apenas de forma reticente e sob reserva. De facto, infelizmente, muita da tradição do pensamento social cristão foi, em particular desde o Séc. XIX, interpretada como estando em oposição frontal ao liberalismo económico, levando a que muitos cristãos interiorizassem a convicção de que a economia de mercado livre seria incompatível com a doutrina cristã. Esta atitude prevalece ainda inclusivamente entre muitos católicos, apesar de esta incompatibilidade ter sido frontalmente negada, por exemplo, na Encíclica *Centesimus Annus* de 1991 na qual se afirma:

Voltando agora à questão inicial, pode-se porventura dizer que, após a falência do comunismo, o sistema social vencedor é o capitalismo e que para ele se devem encaminhar os esforços dos Países que procuram reconstruir as suas economias e a sua sociedade? É, porventura, este o modelo que se deve propor aos Países do Terceiro Mundo, que procuram a estrada do verdadeiro progresso económico e civil?

A resposta apresenta-se obviamente complexa. Se por «capitalismo» se indica um sistema económico que reconhece o papel fundamental e positivo da empresa, do mercado, da propriedade privada e da conseqüente responsabilidade pelos meios de produção, da livre criatividade humana no sector da economia, a resposta é certamente positiva, embora talvez fosse mais apropriado falar de «economia de empresa», ou de «economia de mercado», ou simplesmente de «economia livre». Mas se por «capitalismo» se entende um sistema onde a liberdade no sector da economia não está enquadrada num sólido contexto jurídico que a coloque ao serviço da liberdade humana integral e a considere como uma particular dimensão desta liberdade, cujo centro seja ético e religioso, então a resposta é sem dúvida negativa.²³

²³ Cf. Encíclica *Centesimus Annus*, 42. É aliás de notar, como realça Huerta de Soto, que há sinais que apontam no sentido de o pensamento de Hayek ter tido uma influência significativa na *Centesimus Annus*.

Não obstante, o facto é que muitos cristãos se continuam a sentir na obrigação moral de apoiar todas as políticas intervencionistas as quais, por não raras vezes negligenciarem as leis económicas, acabam por originar resultados contrários aos desejados, provocando graves danos ao bem comum.

Por outro lado, a convicção de que as doutrinas cristãs (e a Doutrina Social da Igreja em particular) estavam necessariamente em oposição ao liberalismo, levou a que muitos economistas as vissem com suspeita (ou nalguns casos mesmo com hostilidade), encarando-as frequentemente como um obstáculo ao conhecimento científico e ao desenvolvimento.

Os ensinamentos da Escola de Salamanca podem, quanto a nós, contribuir precisamente para estabelecer uma ponte entre liberalismo e cristianismo, realidades que estão hoje em larga medida afastadas e muitas vezes em oposição. É que, como refere Chafuen²⁴, para os autores da escolástica tardia, o pensamento económico está intimamente ligado ao pensamento ético, filosófico e teológico. As teorias por eles estabelecidas visam assim permitir ao homem conformar as suas acções à realidade e às leis naturais e simultaneamente impedi-lo de tomar parte em tentativas fúteis e perigosas de procurar tornar o mundo conforme à sua vontade, ignorando leis que está para além do seu poder alterar.

²⁴ Alejandro Chafuen, *Economía y Ética. Raíces cristianas de la economía de libre mercado*, p. 26.

Assim sendo, um mais profundo conhecimento da chamada escolástica tardia e das formas pelas quais a mesma influenciou o desenvolvimento das teorias da Escola Austríaca poderá dar um contributo decisivo a dois níveis. Em primeiro lugar, poderá contribuir para resolver a aparente contradição que continua a colocar-se para muitos cristãos entre liberalismo e cristianismo²⁵. Em segundo lugar, poderá levar muitos economistas a reconhecer que o catolicismo não se constitui necessariamente como um inimigo da economia de mercado e, em particular, poderá contribuir para pôr em causa a ligação estabelecida por Max Weber entre capitalismo e ética protestante²⁶.

Um prometedor caminho de investigação pode assim passar, como sugere Paul A. Cleveland²⁷, pelo aprofundamento

²⁵ Uma contradição que pode resultar em parte da confusão entre liberalismo económico e liberalismo filosófico.

²⁶ É aliás este o entendimento de Hayek, que sempre se opôs a esta tese de Weber e que vai ao ponto de considerar que talvez não haja exagero na afirmação de H. M. Robertson segundo a qual “não seria difícil defender que a religião que favoreceu o espírito do capitalismo foi o ‘jesuítismo’ e não o calvinismo”. Cf. H. M. Robertson, *Aspects on the Rise of Economic Individualism* (Cambridge, 1933), p. 163; citado em Hayek, *Law, Legislation and Liberty, Vol. 2* (London: Routledge, 1998 [1976]), p. 179.

²⁷ Cf. Paul A. Cleveland, «Connections Between the Austrian School of Economics and Christian Faith: A Personalist Approach», in *Journal of Markets & Morality*, Vol. 6, n.º 2, (Acton Institute, 2003): pp. 663-671.

do estudo das ligações entre a Escola Austríaca e o princípio personalista²⁸.

Como exemplos de autores que abordaram o estudo da compatibilidade entre a economia de mercado e o cristianismo são de referir, em Espanha, Lucas Beltrán²⁹, Rafael Termes, Rafael Rubio de Urquía e Enrique M. Ureña³⁰ e em França, Raoul Audouin³¹.

Em síntese, face ao quase total desconhecimento entre nós da abordagem austríaca parece-nos que o presente livro, ao proporcionar uma apresentação concisa e rigorosa dos principais aspectos da teoria económica da Escola Austríaca, assume particular relevância. Se tivermos adicionalmente em conta as origens ibéricas e católicas de alguns dos mais importantes precursores da Escola Austríaca essa importância será ainda maior.

²⁸ O princípio personalista que, recorde-se, é um dos três princípios fundamentais da doutrina social da Igreja, conjuntamente com o princípio do bem comum e o princípio da subsidiariedade. Cf. D. António dos Reis Rodrigues, *Doutrina Social da Igreja: Pessoa, Sociedade e Estado* (Lisboa: Rei dos Livros, 1991).

²⁹ Cf. Lucas Beltrán, *Cristianismo y economía de mercado* (Madrid: Unión Editorial, 1986).

³⁰ Cf. Enrique M. Ureña, *El mito del cristianismo socialista: Crítica económica de una controversia ideológica* (Madrid: Unión Editorial, 1984).

³¹ Raoul Audouin fundou a revista *Le Point de Rencontre, Liberal et Croyant* (Paris: Cercle Frédéric Bastiat).

Esperamos, pois, que a publicação em Portugal desta excelente obra de Jesús Huerta de Soto possa contribuir para a divulgação da Escola Austríaca e permitir um maior e melhor conhecimento das suas importantes contribuições e do seu promissor programa de pesquisa, quer junto dos meios académicos, quer junto do restante público interessado por estas matérias.

André Azevedo Alves

Introdução

O presente livro propõe-se explicar de uma forma sintética, mas com a necessária profundidade, o conteúdo essencial e as características diferenciadoras mais importantes da Escola Austríaca de Economia, relativamente ao paradigma que até agora tem dominado a nossa Ciência. Analisa-se também a evolução do pensamento da Escola Austríaca desde as suas origens até ao momento actual, indicando-se de que forma é previsível que as contribuições desta Escola possam tornar mais frutífera a evolução futura da Ciência Económica.

Dado que, de uma forma geral, os elementos essenciais da Escola Austríaca não são bem conhecidos, no capítulo 1 explica-se de maneira comparativa quais são os princípios mais importantes da concepção dinâmica do mercado defendida pelos austríacos, assim como as substanciais diferenças de abordagem que existem entre o seu ponto de vista e o do paradigma neoclássico que até agora, e apesar das suas

insuficiências, é o mais estudado na generalidade das nossas universidades. No capítulo 2 expõe-se o núcleo essencial da tendência coordenadora que, impulsionada pela função empresarial, explica, segundo os austríacos, por um lado, o aparecimento de uma ordem espontânea do mercado e, por outro, a existência de uma série de leis de tendência cujo estudo constitui o objecto de investigação da Ciência Económica. No capítulo 3 inicia-se o estudo da evolução da história do pensamento económico relacionado com a Escola Austríaca, partindo do fundador oficial da Escola, Carl Menger, cujas raízes precursoras remontam às contribuições desses notáveis teóricos que foram os membros da Escola de Salamanca do *Século de Ouro* espanhol. O capítulo 4 é dedicado todo ele à figura de Böhm-Bawerk e à análise da teoria do capital, cujo estudo é um dos elementos que mais falta faz nos programas de teoria económica leccionados nas nossas universidades. Os capítulos 5 e 6 tratam, respectivamente, das contribuições dos dois economistas austríacos mais importantes do século XX: Ludwig von Mises e Friedrich von Hayek. Sem conhecer os contributos destes dois teóricos não é possível entender como se foi formando a moderna Escola Austríaca, nem aquilo que representa no mundo de hoje. Por último, o capítulo 7 dedica-se ao estudo do renascimento da Escola Austríaca que, tendo a sua origem na crise do paradigma dominante, está a ser protagonizado por um numeroso grupo de jovens investigadores de diversas universidades da Europa e da América. Uma exposição do programa de investigação da moderna Escola Austríaca, com as suas previsíveis

contribuições para a evolução e futuro desenvolvimento da nossa Ciência, juntamente com a resposta aos comentários críticos mais comuns que, geralmente fruto do desconhecimento e da incompreensão, se lançam contra o ponto de vista austríaco constituem a parte final deste livro.

Convém deixar claro que é impossível proceder aqui à exposição de uma visão completa e detalhada de todos os aspectos que caracterizam a Escola Austríaca. Apenas se pretende apresentar aqui um resumo das suas principais contribuições, de uma forma clara e sugestiva. Por isso, o presente trabalho não deve considerar-se mais do que uma simples introdução para todos aqueles interessados na Escola Austríaca que, caso desejem aprofundar algum dos seus elementos concretos, terão que recorrer à bibliografia escolhida que se inclui no final do livro. Por isso também se limitou o uso de citações, que poderiam ter sido incorporadas no texto para ampliar, ilustrar e clarificar ainda melhor o seu conteúdo.

O interesse prioritário do autor consistiu em apresentar de uma forma atractiva o paradigma austríaco para toda uma série de potenciais leitores que, presumivelmente pouco familiarizados com o mesmo, possam a partir da sua leitura decidir-se pelo aprofundamento de uma abordagem que, quase com toda a certeza, será para eles tão inovadora como apaixonante.

